

Sobre as mulheres: uma análise sobre a condição feminina no pensamento do iluminista Denis Diderot

About women: an analysis about the status of women in theory of the enlightenment of Denis Diderot

Fabiana Tamizari

Doutora em Educação, Arte e História da Cultura pela Mackenzie e pesquisadora colaboradora do Instituto de Estudos Filosóficos da Universidade de Coimbra, Portugal
fabitamizari@yahoo.com.br

Resumo: Esta análise trata da mulher no pensamento materialista de Denis Diderot (1713-1784), tendo em vista a constituição psicofisiológica feminina e a visão do filósofo sobre a mulher no seu contexto moral e social no Século das Luzes. Para o filósofo, a mulher sofria uma dupla opressão, uma imposta pela sua constituição física e outra pelas condições culturais e históricas, que segundo Diderot, sempre relegaram a mulher a um plano secundário. A nossa análise tomará como base a obra *Sobre as Mulheres*, publicado em 1772.

Palavras-chave: Diderot; Mulheres; Materialismo; Iluminismo.

Abstract: *This study investigates the conception of woman in the materialistic thought of Denis Diderot (1713 - 1784), considering the psychophysiological female constitution and the philosopher's view about women in their moral and social context in the Enlightenment. For Diderot, women suffered a two-sided oppression: one deriving from their physical constitution and the other from cultural and historical conditions which, according to him, always relegated women to a secondary role. Our analysis will be mainly based on Diderot's Essay on Women from 1772.*

Keywords: *Diderot; Women; Materialism; Enlightenment.*

Introdução

Em abril de 1772 Diderot publica, na *Correspondance littéraire*, o texto *Sobre as Mulheres*. Seu objetivo era responder ao ensaio do amigo Antoine Leonard Thomas, intitulado *Ensaio sobre o caráter, os costumes e o espírito das mulheres nos diferentes séculos*, publicado no mesmo ano. A obra de Thomas tornou-se objeto de discussão, não pelo conteúdo, mas pela condição de virgem do autor, que fazia com que seus críticos o julgassem inexperiente para tratar do assunto. Diderot, apesar de tecer elogios

ao amigo Thomas pela sua capacidade intelectual e erudição, compartilhava dessa opinião. Para ele, um ser complexo como a mulher, que deveria ter como símbolos o “Apocalipse e o Mistério” (DIDEROT, 2000a, p. 228), não poderia ser tratado de forma neutra, e somente a experiência seria capaz de desvendar “um ser extremo na sua força e na sua fraqueza, que a vista de um sorriso ou de uma aranha faz cair em síncope, e que às vezes afronta os maiores temores da vida” (DIDEROT, 2000a, p. 220).

Diderot, então, partindo da sua teoria materialista e da sua experiência pessoal com as mulheres, redige *Sobre as mulheres*, propondo-se a desvendar algumas facetas do universo feminino. Assim o autor resumia a situação feminina: “Em quase todos os países, a crueldade das leis reúne-se contra as mulheres à crueldade da natureza” (DIDEROT, 2000a, p. 225). Para o filósofo, a mulher enfrentava um duplo desafio: uma constituição material frágil, resultado de sua formação psicofisiológica, e uma situação social opressora e humilhante que a colocava sob o domínio masculino, representado pelas figuras do pai, do marido e dos filhos.

Neste texto analisaremos as peculiaridades da constituição feminina, com ênfase no estabelecimento do útero como elemento determinante na definição da sua natureza e também a condição social das mulheres, temas abordados em *Sobre as mulheres*. Cabe destacar que os posicionamentos de Diderot não são simples especulações arbitrárias, trata-se de posições amparadas nos discursos médicos da época.

Para Diderot, as diferenças entre homens e mulheres resultariam de sua constituição material e não de um desígnio divino. O filósofo sugere que as mulheres são definidas pelos seus órgãos genitais, sendo o útero o motivador dos seus pensamentos e vivências: “A mulher traz dentro de si um órgão suscetível de espasmos terríveis, que dispõe dela, e que suscita em sua imaginação fantasmas de toda espécie” (DIDEROT, 2000a, p. 222). Para ele, ser o útero o responsável pelas ações e emoções femininas traria como consequência uma série de desvantagens, resultantes de sua constituição psicofisiológica. O filósofo justifica essas desvantagens ao analisar a vivência da sexualidade feminina, a presença da menstruação, da maternidade e da menopausa - que marcam a vida da mulher em ciclos reprodutores -, e também a relação das mulheres com os seus sentimentos, que, quando em desequilíbrio, levariam à histeria, à loucura e ao fanatismo religioso.

Além das dificuldades geradas por sua formação material e biológica, a mulher, pelo olhar de Diderot, também sofre com uma condição social repressora, na qual seus desejos são quase sempre subordinados aos homens e por eles fiscalizados. Para o pensador, essa situação permeia toda a história da humanidade, uma vez que a tarefa que sempre coube à mulher foi a de atender às necessidades masculinas (DIDEROT, 2000a, p. 227). Diderot entende que algumas condições culturais responsáveis pela submissão feminina são construções históricas e não consequências de sua psicofisiologia. O autor abre espaço para esse questionamento e a possível alteração de tal situação de dominação.

A constituição material da mulher

A espécie humana, na teoria materialista de Diderot, está inserida numa cadeia de seres formada pela dinâmica da matéria. A diferença entre os homens e os demais seres

seria dada por sua disposição material. Memória, consciência e razão seriam processos mecânicos e orgânicos resultantes da sua constituição psicofisiológica. Dentro do raciocínio materialista diderotiano, as diferenças entre homens e mulheres não são explicadas com base na visão religiosa, mas por meio da disposição da matéria, que gera características distintas para cada sexo. Dentro desse contexto, a mulher é definida por Diderot como um ser de paixões e emoções comandadas pelo útero (2000a, p. 223), uma vez que este define a identidade, os pensamentos e as experiências delas. Na obra *Elementos de fisiologia*, Diderot retoma a questão e define o útero como um “órgão ativo dotado de um instinto particular” (DIDEROT, 2004, p. 230). Acrescenta que durante a vida adulta, do início da menstruação à menopausa, há uma forte influência do órgão sobre a vida das mulheres, e compara essa atuação uterina à de um animal em cólera, pois “fica furioso, apertada e sufoca as outras partes” (DIDEROT, 2004, p. 230).

Ao afirmar que o útero seria o responsável pelas especificidades e pela identidade feminina, Diderot estaria se apoiando em estudos médicos desenvolvidos na época sobre os determinantes da constituição psicofisiológica feminina, conforme aqueles da Escola de Medicina de Montpellier. Segundo a pesquisadora Ginette Kryssing-Berg (1985, p. 103): “Para os professores desta escola, as mulheres estavam sujeitas ao ‘estresse uterino’, ao qual elas não podem resistir. Assim, o comportamento feminino é explicado por um desequilíbrio no corpo devido à energia concentrada no útero”. A propósito, Gabrielle Houbre destaca que os iluministas buscaram, por meio da ciência médica, estabelecer um estudo da natureza humana. Em suas palavras: “Livrando-se pouco a pouco da influência dos antigos e da Igreja, estes se propõem a elaborar uma ciência médica racional fundada na observação da anatomia e da fisiologia que permitisse descobrir a verdade sobre a natureza humana” (HOUBRE, 2003, p. 94). Diderot, em *Sobre as mulheres*, ilustra as palavras de Houbre, ao desenhar um quadro sobre a natureza feminina tendo como princípio norteador a ideia da mulher ser comandada pelo útero. Este aspecto é salientado por Elisabeth Badinter (1991, p. 25): “A tese de Diderot é de uma clareza luminosa: a mulher é um ser de paixões e emoções, comandada por seu útero. Todo o resto deduz-se a partir disso”. Analisemos, então, as características que determinariam a natureza feminina, segundo o filósofo francês.

Os ciclos femininos

Em *Sobre as mulheres*, Diderot afirma que a vida das mulheres é marcada pelos ciclos de reprodução. O primeiro deles, a menstruação, foi por ele definida como o rito de passagem da infância para a vida adulta: “sujeitas a um mal-estar que as dispõe a tornarem-se esposas e mães” (DIDEROT, 2000a, p. 224). Para o filósofo, o início da menstruação determinaria o caráter da mulher: “pois é neste instante crítico que uma jovem se torna o que ela continuará a ser toda a sua vida, penetrante ou estúpida, triste ou alegre, séria ou leviana, boa ou má, a esperança de sua mãe realizada ou frustrada” (DIDEROT, 2000a, p. 224). Apesar de não fornecer maiores informações sobre o elo entre a menstruação e a manifestação do caráter feminino, podemos considerar que a posição do autor se enquadra no que a pesquisadora Mary Del Priore classifica como “aura de fantasia que envolvia o sangue menstrual”. Segundo Del Priore, ainda no século XVIII, o período menstrual, que marcava o início do ciclo reprodutivo feminino,

despertava dúvidas e suscitava interpretações equivocadas, como a que alegava que as mulheres menstruadas poderiam estragar alimentos e/ou metais: “O tempo de sangue era, pois, um tempo de morte simbólica no qual a mulher deveria afastar-se de tudo que era produzido ou do que se reproduzia” (DEL PRIORE, 2006, p. 4). Como indica a pesquisadora, a menstruação reforçava o papel de segregação e criava com os “seus cheiros e secreções rubras (uma espécie de cortina invisível entre elas e a vida cotidiana, contendo-a de estragar o leite, o vinho, a colheita ou os metais” (DEL PRIORE, 2006, p. 104). O posicionamento de Diderot ilustra esses dois pontos levantados pela historiadora, no momento que estabelece o início da menstruação a manifestação do caráter feminino.

Após o início da menstruação, as mulheres estariam prontas para exercer a sua vocação natural: a maternidade. Para Diderot, as mulheres viviam uma grande expectativa na espera do seu primeiro filho, mas este era, para elas, um momento de risco: “Não há talvez alegria comparável à da mãe que vê seu primogênito; mas esse momento terá um preço bem caro” (DIDEROT, 2000a, p. 224). A gravidez é avaliada pelo filósofo francês como um “mal-estar da natureza” (2000a, p. 224) que poderia, inclusive, levar à morte: “O estado de gravidez é penoso para quase todas as mulheres. É em meio de dores, com perigo da sua vida, à custa de seus encantos, e amiúde em detrimento de sua saúde, que elas dão à luz os filhos” (DIDEROT, 2000a, p. 224).

Essa visão negativa da gravidez não é exclusiva da obra diderotiana. Elisabeth Badinter cita que Madame D’Epinay, em sua primeira gravidez, temia pelo parto, pois doze de suas amigas haviam morrido antes dos vinte e cinco anos em decorrência da febre puerperal (BADINTER, 2003, p. 110). A mesma pesquisadora aponta que foi em decorrência de complicações no parto que Madame du Châtelet faleceu aos quarenta e três anos (BADINTER, 2003, p. 39). Na obra *Teresa filósofa*, uma afirmação do Abade T. mostra que a gravidez era uma preocupação feminina da época: “as mulheres têm somente três coisas a temer: o medo do diabo, a reputação e a gravidez” (TEREZA, 2000, p. 87). Portanto, era enfrentando uma série de dificuldades que poderiam, inclusive, provocar a sua morte, que a mulher confirmava a sua vocação natural para a maternidade. Também não podemos esquecer que, sobrevivendo ao parto, restava-lhe enfrentar a expectativa da sobrevivência da criança, uma vez que o índice de mortalidade infantil no século XVIII era muito alto. O próprio Diderot enterrou três filhos com poucos anos de vida. Diderot ainda aponta que as mulheres, por sua condição natural, poderiam enfrentar doenças incuráveis nos órgãos que as caracterizam: “O primeiro domicílio da criança e os dois reservatórios de sua comida, os órgãos que caracterizam o seu sexo, estão expostos a duas moléstias incuráveis” (DIDEROT, 2000a, p. 224).

A menopausa, última etapa da vida da mulher, também deixaria nela marcas profundas, caracterizadas pela perda da beleza, mau humor e tédio (DIDEROT, 2000a, p. 224). Diderot associa esse período a uma doença: “É pelo mal-estar que a natureza as dispôs a se tornarem mães; é por uma longa e perigosa doença que ela lhes subtrai o poder de sê-lo” (DIDEROT, 2000a, p. 224). Nesta associação, Diderot mais uma vez reflete os estudos científicos da época, como afirma Maria das Mercês Cavalcanti Cabral: “O início dos estudos da menopausa tidos como científicos datam do século XVIII, embora naquela época não se falasse em menopausa e sim em transtornos oriundos do término da menstruação” (CABRAL, 2001, p. 70). Michelle Perrot (1991, p. 67), diz que

a menopausa era vista como um período marcado pelo silêncio e classificado como o fim do período glorioso da mulher: “Na visão comum, a mulher no climatério já não é mulher, e sim uma velha, dotada de mais poderes e liberdade, porém privada da fecundidade e, em consequência, da sedução”. Ainda como destaca a pesquisadora, o termo menopausa era considerado uma injúria ou uma zombaria, algo que determinava uma vida de exílio, longe do glamour representado pela juventude ligada diretamente a maternidade (BADINTER, 1986, p. 26).

Avaliando as consequências dessa concepção diderotiana das mulheres, Badinter afirma que ao se estabelecer que a mulher tem a sua vida marcada pelos ciclos associados à reprodução, o útero passa a ser o fator determinante da condição feminina, cujas consequências se refletiam de forma marcante no desenvolvimento da vida da mulher.

A seu ver [de Diderot], a especificidade feminina reside nos órgãos genitais. O útero constitui sua essência e determina os pensamentos e as experiências das mulheres. Esse órgão invisível é a origem de todos os males, inclusive do lugar pouco invejável que ocupam na sociedade (...). Por causa desse sexo, as etapas da vida feminina enunciam-se em termo de dor e de servidão. Porque só são destinadas ao prazer dos homens e à sua reprodução, tudo o que prece e tudo o que se segue a esse período da vida das mulheres é vazio e deixado ao abandono. (BADINTER, 1986, p. 28)

Portanto, no entender de Diderot, a natureza determinava o papel das mulheres. Uma natureza que não havia sido generosa em nada com o sexo feminino, uma vez que, para exercer o seu papel de mãe, função máxima à qual estava destinada, tinha sua vida definida por ciclos, que marcavam a sua existência com o signo da dor e de um sofrimento constante. Na visão diderotiana, a natureza, ao determinar o útero como o responsável pelo comando das mulheres, teria acrescentado outra dose de infortúnio para o sexo feminino: a sua relação exagerada com os sentimentos.

As mulheres e os sentimentos

Para Diderot, além de a natureza ser responsável pelo determinismo biológico feminino, ela também o seria pela suscetibilidade feminina às paixões, à loucura e à histeria. Ele argumenta que, como consequência dessa capacidade de sentir mais intensamente, há no universo feminino uma grande flexibilidade e uma relação mais visceral com os sentimentos. Ao avaliar o comportamento feminino nas relações íntimas, o filósofo diz que, em nome de um amor, a mulher é capaz de inúmeros sacrifícios, mas, ao mesmo tempo, também pode ser dissimulada, vingativa e inescrupulosa (BADINTER, 1986, p. 221). Também ressalta que o fato das mulheres serem naturalmente mais sensíveis contribui para que sejam mais influenciáveis e menos sensatas:

Mas essa imaginação ferosa, esse espírito que se julgaria incoercível, basta uma palavra para abatê-lo. Um médico diz às mulheres de Bordeu, atormentadas por vapores pavorosos, que elas estão ameaçadas de epilepsia, e ei-las curadas. Os magistrados de Mileto declaram que a primeira mulher a se matar será exposta nua na praça pública; e eis as milesianas reconciliadas com a vida. As mulheres estão sujeitas a uma ferocidade epidêmica. O exemplo de uma só arrasta uma multidão. Só a primeira é criminosa; as outras são doentes. Ó mulheres, sois crianças bem extraordinárias! (DIDEROT, 2000a, p. 224)

Segundo o filósofo, o determinismo biológico não só estabeleceria uma relação mais intensa das mulheres com os sentimentos, mas também explicaria certas doenças consideradas, na época, exclusivas do universo feminino, como o caso do histerismo. Nesta passagem de *Sobre as mulheres*, Diderot estabelece um paralelo entre a intensidade dos sentidos femininos e a doença: “Nada é mais contíguo que o êxtase, a visão, a profecia, a revelação, a poesia fogosa e o histerismo” (DIDEROT, 2000a, p. 223). Em outra passagem, ele reforça esta visão: “A mulher dominada pelo histerismo experimental tem não sei o quê de infernal ou de celeste. Às vezes, ela me faz estremecer”. Piva, afirma que Diderot considerava a relação das mulheres com a religião uma manifestação histórica: “O fato de terem paixões mais fortes do que as dos homens torna as mulheres mais propensas ao fanatismo religioso. No entender de Diderot, a relação delas com a religião era histórica, sobretudo na juventude. Quando velhas, tornam-se beatas e até loucas” (PIVA, 2003, p. 276). Nas palavras do próprio Diderot (2000a, p. 221): “Só uma cabeça de mulher pode exaltar-se a ponto de pressentir seriamente a aproximação de um deus, de agitar-se, de descabelar-se, de espumar, de gritar [...]”. Esse tipo de posicionamento reforçava a ideia de que estaria inscrita na natureza a diferença entre os sexos.

Diderot permanece repetindo o discurso médico do seu tempo, que tem na histeria a confirmação da determinação da mulher pelo útero, como destaca Evelyne Berriot-Salvadore ao comentar os estudos da histeria: “Até o final do século XVII, com efeito, esta afecção se releva exclusivamente da patologia feminina; mais ainda, ela é, no discurso médico, o símbolo da feminilidade” (BERRIOT-SALVADORE, 1991, p. 423). Inclusive, como segue a pesquisadora: “[...] ao termo erudito ‘histeria’, cuja etimologia é, no entanto, muito significativa, preferem-se expressões mais fortemente evocativas, tais como ‘sufocação da matriz’ ou ‘furor uterino’”. O próprio diagnóstico já estava ligado ao universo feminino: “O primeiro sintoma que permite ao clínico fazer o seu diagnóstico reside justamente nesses movimentos extraordinários do útero que, tal como um animal, se agita por todo o lado em convulsões violentas” (BERRIOT-SALVADORE, 1991, p. 423).

Para Diderot, as desvantagens impostas pela natureza se agravavam quando as mulheres eram privadas da liberdade.

A opressão moral sobre o sexo feminino

Após sustentar que a constituição psicofisiológica determina a natureza feminina, Diderot faz uma análise sobre a situação moral da mulher, descrevendo-a da seguinte maneira:

O que é então uma mulher? Negligenciada pelo esposo, desamparada pelos filhos, ninguém na sociedade, a devoção constitui seu único e derradeiro recurso. Em quase todos os países, a crueldade das leis reuniu-se, contra as mulheres, à crueldade da natureza. Elas foram tratadas como crianças imbecis. Não há espécie de vexame que, nos povos civilizados, o homem não possa exercer impunemente contra a mulher. [...] Não há espécie de vexame que o selvagem não exerça contra sua mulher. (DIDEROT, 2000a, p. 224)

Como vemos, a crítica diderotiana é contundente; para ele, a mulher não era respeitada nem pelos povos selvagens, nem pelos considerados civilizados. Em ambos

os casos imperava a submissão, a negligência e a impunidade nas questões femininas. Para reforçar seu argumento, Diderot elabora uma análise sobre a questão feminina nas duas situações, enfatizando que em ambas o cenário negativo contra a mulher se confirma. Examinemos estas duas situações caracterizadas pelo signo da opressão.

“As mulheres selvagens”

Para Diderot, nas sociedades selvagens a mulher era submetida ao domínio masculino em virtude do valor que tinham a força e a proteção oferecidas pelos homens. A mulher - mais frágil fisicamente e, portanto, submetida à proteção dos homens - era obrigada a se sujeitar às suas vontades e exercer os trabalhos menos prestigiados socialmente. Nesse contexto, por exemplo, cabia a ela a prática da agricultura, enquanto o homem se dedicava à arte da guerra (DIDEROT, 2000a, p. 227). Para ilustrar a situação das mulheres selvagens, Diderot descreve um relato de uma índia das margens do rio Orenoco. Nele encontramos a dor de uma mulher que, ao dar à luz uma menina, pratica o infanticídio para evitar que sua filha enfrente os mesmos problemas que enfrentou ao longo da vida:

Quanto sofri!, e quem sabe quanto me resta sofrer até que eu morra? Imagina só, padre, as penas que estão reservadas a uma índia entre esses índios. Eles nos acompanham aos campos com seus arcos e flechas. Nós vamos, carregadas com uma criança que pende de nossas mamas e outra que levamos numa cesta. Eles vão matar um pássaro, ou apanhar um peixe. Nós cavamos a terra, nós; e depois de termos suportado toda a fadiga do cultivo, suportamos toda a fadiga da colheita. Eles regressam à tarde sem nenhuma carga; nós lhes trazemos raízes para a sua comida, e milho para a sua bebida. De retorno à sua casa, eles vão entreter-se com os amigos; nós, nós vamos procurar lenha e água para preparar-lhes a ceia. Terminaram de comer, adormecem; nós, nós passamos quase a noite toda a moer milho e fazer-lhes a chica, e qual é a recompensa de nossa vigília? Eles bebem a chica, embriagam-se; e quando estão bêbados, nos arrastam pelos cabelos e os pisam com os pés. Ah!, padre, aprouvesse a Deus que minha mãe me houvesse sufocado quando nasci. (DIDEROT, 2000a, p. 225)

Como se não bastassem os maus-tratos e humilhações que as índias sofriam na juventude, a velhice não lhes reservava uma melhor condição: “[...] É triste para a pobre índia servir o marido como uma escrava, nos campos prostrada de suores, e na habitação privada de repouso: mas é terrível vê-lo, ao cabo de vinte anos, tomar outra mulher mais jovem, que não tem nenhum juízo” (DIDEROT, 2000a, p. 225).

Em *Sobre as mulheres*, Diderot recorre aos povos selvagens duas outras vezes para ilustrar situações femininas peculiares. Primeiramente, quando discorre sobre o orgulho feminino. Diderot considerava as mulheres mais orgulhosas do que os homens e, para comprovar sua teoria, conta a história de uma jovem de Samoa, que iludia as pessoas com um pseudo-poder religioso e que quando desmascarada não hesitou em se ferir para manter sua posição perante o seu grupo social (DIDEROT, 2000a, p. 222). Em um segundo momento, quando questiona a condição dos homens nas Ilhas Marianas, que, segundo os historiadores, estariam submetidos ao comando feminino. Para Diderot, se tal fato ocorresse, ele seria contrário a “uma bem conhecida lei geral e constante da natureza” (DIDEROT, 2000a, p. 226), pois, para as mulheres exercerem

tal poder, elas deveriam ao mesmo tempo ser superiores física e intelectualmente: “Se querem que eu me preste a ela, é preciso apoiá-la com uma outra: é que nesse país as mulheres prevalecem sobre os homens, não somente em inteligência, mas também na força do corpo” (DIDEROT, 2000a, p. 226). O filósofo ainda conclui que a situação de exceção vivida na referida ilha poderia ter como explicação dogmas supersticiosos que teriam tornado as mulheres figuras sagradas, e, portanto, detentoras de poder (2000a, p. 226). Em sua opinião, contudo, o exemplo das Ilhas Marianas é exceção, e não regra:

A beleza, os talentos e o espírito, em todas as regiões do mundo, prosternarão um homem aos pés de uma mulher; mas essas vantagens particulares a algumas mulheres não estabelecerão em parte alguma a tirania geral do sexo fraco sobre o sexo robusto. O homem manda na mulher, mesmo nos países onde a mulher manda na nação. (DIDEROT, 2000a, p. 226)

Devemos aqui destacar que Diderot defende essa mesma opinião sobre a capacidade intelectual feminina: mulheres mais inteligentes do que os homens eram exceção, não regra. “Quando elas têm gênio, creio que a sua marca é mais original nelas do que em nós” (DIDEROT, 2000a, p. 231). Parece claro que Diderot não estabelece uma igualdade entre os sexos, mas defende o respeito ao sexo frágil, aquele que apresenta uma desvantagem em sua constituição psicofisiológica.

A mulher e o casamento

Segundo o filósofo, a situação feminina pouco se alterara nas sociedades desenvolvidas; a mulher continuava como no mundo selvagem, submetida aos interesses masculinos. O casamento exemplificava isso. Em sua análise, Diderot diz que, para a mulher, o casamento seria como uma troca de tiranos, em que o controle dos pais era substituído pelo domínio do marido. No trecho a seguir, ele ressalta como o matrimônio também acabaria com as ilusões femininas juvenis em relação ao amor:

O momento que a libertará do despotismo dos pais é chegado; sua imaginação abre-se para um futuro cheio de quimeras; seu coração nada em secreta alegria. Alegra-te bastante, desventurada criatura; o tempo teria sem cessar enfraquecida a tirania que deixas; o tempo aumentará sem cessar a tirania pela qual vais passar. Escolhem-lhe um esposo. (DIDEROT, 2000a, p. 224)

O casamento, neste contexto, é visto como um negócio, que pretende manter uma ordem social previamente estabelecida. Diderot aponta como origem desse tipo de união o surgimento da propriedade, que levou à desigualdade de riquezas e, conseqüentemente, ao estabelecimento de uma hierarquia social, mantida pelos casamentos arranjados (DIDEROT, 2000a, p. 227). Segundo ele, a mulher estava sempre submetida à vontade familiar, não era dona do seu destino:

As relações dos dois sexos ainda se aperfeiçoam tão logo as terras começam a ser cultivadas. A propriedade, que não existia entre os povos selvagens, que era pouca coisa entre os povos pastoris, começa a tornar-se importante entre os povos agrícolas. A desigualdade que não tarda a introduzir-se nas fortunas, deve ocasionar o mesmo na consideração. Então, os laços do casamento não se formam ao acaso; quer-se que eles sejam combinados. Para ser aceito, é preciso agradar; e esta necessidade atrai atenções às mulheres, dando-lhes alguma

dignidade. (DIDEROT, 2000a, p. 227)

Retomemos as palavras de Badinter na obra *Um é o outro*, sobre a submissão que aflige as mulheres e marca a sua condição desde o período medieval: “Na Idade Média, como ainda no século XVIII, o pai tem plenos poderes sobre os filhos, que ele casa segundo sua vontade ou que impede de contrair união” (BADINTER, 1986, p. 123). Como ainda destaca a filósofa francesa, seguindo a tradição do direito romano, “a mulher era considerada uma eterna menor e no momento do casamento a guarda era transferida do pai para o marido, isso significava na prática que tanto o pai quanto o marido tinham plenos poderes sobre a pessoa e seus bens” (BADINTER, 1986, p. 124).

Para a mulher, portanto, o casamento era uma obrigação a que ela era submetida pelos interesses da sua família. Em *Sobre as mulheres*, Diderot descreve a situação das mulheres submetidas a relacionamentos contra a própria vontade: “A submissão a um senhor que lhe desagrada é para ela um suplício. Vi uma mulher honesta tremer de horror à aproximação do esposo; vi-a mergulhar no banho e não se julgar suficientemente lavada da mácula do dever” (HUFTON, 1991, p. 220).

Ao que tudo indica, Diderot era contrário a relacionamentos arranjados e defendia a possibilidade do casamento ser uma relação de companheirismo e até mesmo de cumplicidade (DIDEROT, 2000a, p. 227). A propósito, no *Suplemento à viagem de Bougainville*, ele concede às mulheres o direito de escolher livremente seus parceiros, desde que a relação tivesse como fim a procriação (DIDEROT, 1979a, p. 139). Para Diderot, portanto, o casamento, para o sexo feminino, era sinônimo de obrigação e fortalecimento dos laços de submissão, condenando as mulheres a uma vida de abandono e desrespeito. Tudo indica que, no pensamento diderotiano, a solução para essa situação é o estabelecimento das uniões livres, em que o interesse mútuo seja o motivador da união e não interesses econômicos e políticos. Apesar de apresentar uma visão de vanguarda sobre o casamento, Diderot defende os valores tradicionais quando os assuntos são adultério, virgindade e a definição da moral feminina.

Adultério e virgindade: os valores que definem a moral de uma mulher

Em sua análise a respeito dos efeitos da galanteria na sociedade, Diderot discorre sobre o valor da virgindade e a questão do adultério para a determinação da situação moral de uma mulher. Para ele, a multiplicação das riquezas levava os homens a se afastar do trabalho e valorizar a ociosidade, o luxo e a frivolidade, em que se busca multiplicar os entretenimentos para evitar o tédio (DIDEROT, 2000a, p. 228). Nesse contexto, a mulher passa a ser mais um instrumento de distração, como lemos neste trecho: “Nessa época, as mulheres são procuradas com solicitude, quer pelas qualidades amáveis que elas têm por natureza, quer pelas que elas receberam da educação” (DIDEROT, 2000a, p. 228). Renato Janine Ribeiro destaca esse aspecto da sociedade francesa do século XVIII, quando a compara com a nobreza espanhola: “Ao contrário da etiqueta espanhola, que vê na mulher um ser cuja castidade é preciso vigiar, a francesa elege-a, junto com o rei, como árbitro de encanto e galanteria dos homens” (RIBEIRO, 1987, p. 83). Nessa conjuntura, Diderot considera que os relacionamentos tornam-se superficiais e o prazer é o foco principal: “Em uma nação galante, a coisa

menos sentida é o valor de uma declaração; o homem e a mulher não veem nela mais do que uma troca de prazeres” (RIBEIRO, 1987, p. 228).

Para Diderot, a mulher, naturalmente mais influenciável que os homens, estaria propensa a se afastar facilmente dos valores que a edificavam socialmente, como a preservação da virgindade até o matrimônio, a fidelidade e a maternidade, e se entregar aos jogos de galanteria, que valorizam a hipocrisia e a falsidade. Sendo a virgindade um valor socialmente considerado para determinar a virtude feminina, a perda dela antes do casamento levaria a mulher a uma dupla situação de desprezo: por si mesma e perante a sociedade. Nesse contexto, a mulher não encontra mais nenhum freio moral, pois, por acreditar que não possui mais as qualidades necessárias para ser respeitada, entrega-se aos jogos da sedução, da galanteria e da corrupção do seu caráter, contribuindo, assim, para a depravação dos costumes, conforme lemos em *Sobre as mulheres*:

Porque a incontinência, esse delito tão perdoável em si mesmo, essa ação tão indiferente por sua natureza, tão pouco livre por seu atrativo, tem uma influência tão perniciosa sobre a moralidade das mulheres? É, creio eu, a consequência da importância que atribuímos a isso. Qual será o freio de uma mulher desonrada a seus olhos e aos olhos de seus concidadãos? Que apoio as outras virtudes encontrarão no fundo da sua alma, quando nada mais pode agravar sua vergonha? O menosprezo da opinião pública, um dos maiores esforços da sabedoria, separa-se raramente num ser fraco e tímido do menosprezo por si mesmo. [...] Ela o sente, ela o diz a si mesma; e liberta do constrangimento da consideração pública, ela se entrega sem reserva. [...] Sua fraqueza não lhe deixa a coragem da atrocidade; mas a habitual hipocrisia de seu papel, se não ergueu totalmente a máscara, jogará uma tintura de falsidade sobre seu caráter. O que o homem ousa pela força, ela o tentará e o obterá pela astúcia. A mulher corrompida propaga a corrupção. Ela a propaga pelo mau exemplo; por conselhos insidiosos; às vezes pelo ridículo. (DIDEROT, 2000a, p. 229)

A propósito, no texto *Continuação do diálogo*, Diderot, por meio do personagem Bordeu, sugere que a masturbação é uma saída para as jovens se realizarem sexualmente e não desonrarem a si próprias e às suas famílias (DIDEROT, 2000c, p. 215). Para o filósofo, essa solução conciliava os desejos sexuais que surgiam a partir da puberdade e as exigências morais que recaíam sobre as mulheres. Encontramos uma proposta semelhante em outro texto muito popular na época, *Teresa Filósofa*:

Agora, madame, talvez me pergunteis – continuou o Abade – como, portanto, devem agir as mulheres e as moças. Como dizeis, elas têm as suas necessidades assim como os homens, são da mesma massa, entretanto não podem se servir dos mesmos recursos: o ponto de honra, o temor de um indiscreto, de um desajeitado, de um fazedor de filho não lhes permite recorrer ao mesmo remédio que os homens. Aliás, acrescentareis, como encontrar homens assim, prontinhos como vossa menina *ad hoc*? Pois bem, madame – continuou T...-, que os homens e as mulheres façam como Teresa e vós. Se esse jogo não agrada o suficiente (como de fato não agrada a todas), que elas se sirvam desses engenhosos instrumentos chamados de *aparelho*: é uma imitação bastante natural da realidade. Acrescentai a isso que podemos nos ajudar com a imaginação. No final das contas, repito, os homens e as mulheres devem se proporcionar somente os prazeres que não podem perturbar o interior da sociedade estabelecida. As mulheres, portanto, somente devem gozar daqueles que lhes convêm, considerando os deveres

que esse estabelecimento lhes impõe. (TERESA..., 2000, p. 81)

A proposta de Diderot, presente também em *Teresa Filósofa*, representava um grande embate com o código moral vigente. Em primeiro lugar, por reconhecer que o sexo feminino possui as mesmas necessidades, vontades e desejos sexuais que o masculino. Em segundo, por admitir como natural a prática da masturbação feminina; em um momento em que tal prática era considerada uma doença social generalizada, tendo até mesmo motivado uma campanha das autoridades laicas e religiosas contra a sua prática, como afirma Sara F. Matthews Grieco. Ainda de acordo com a pesquisadora: “[...] Juntamente com o *coitus interruptus*, a homossexualidade e a bestialidade, a masturbação era um dos quatro pecados sexuais que desafiavam o imperativo reprodutor da natureza, em nome de prazeres ‘perversos’” (GRIECO, 1991, p. 102).

Diderot tem consciência do impacto da sua proposta. O personagem Bordeu, seu porta-voz na obra *Continuação do diálogo*, afirma que esta recomendação da masturbação feminina somente poderia ser feita em âmbito privado e que a divulgação destes princípios levariam à condenação pública:

[...] Eu não tiraria, na rua, o meu chapéu ao homem suspeito de praticar minha doutrina; bastar-me-ia que o chamassem de infame. Mas estamos conversando sem testemunhas e sem consequências; e eu vos direi de minha filosofia o que Diógenes inteiramente nu dizia ao jovem pudico ateniense contra o qual ele se propunha a lutar: “Meu filho, nada temas, não sou tão malvado como aquele ali. (DIDEROT, 2000c, p. 214)

Como vimos, a virgindade, para Diderot, era a garantia da integridade da mulher até o casamento, mas cabia à esposa a manutenção do seu status social, mantendo-se fiel ao marido. O adultério feminino foi duramente criticado por Diderot. Segundo ele, a mulher que tem “tantos amantes quantos conhecidos” (DIDEROT, 2000a, p. 230) contribui para a ruína do casamento, pois lança dúvidas sobre a paternidade dos filhos e negligencia suas funções:

Sob o império desses costumes, o amor conjugal é desdenhado; e este desdém enfraquece o sentimento de ternura maternal, se não o extingue. Os deveres mais sagrados e mais doces tornam-se importunos. A mulher que permite aproximação de um outro que não o seu marido não mais ama sua família, e não é mais respeitada por ela. Os laços de sangue se afrouxam. Os nascimentos são incertos, e os filhos não mais reconhecem o pai, nem o pai o filho. (DIDEROT, 2000a, p. 230)

Neste contexto, a infidelidade feminina era vista como um fator que poderia abalar as estruturas sociais, como destaca Michele Crampe-Casnabet, uma vez que a sua prática poderia levantar suspeitas sobre a paternidade dos herdeiros (CRAMPE-CASNABET, 1991, p. 378). Frente a esta possibilidade, a repressão contra a mulher adúltera foi uma prática recorrente na história como destaca Badinter (1986, p. 127): “Segundo as civilizações e as épocas, as mulheres adúlteras foram apedrejadas, afogadas fechadas num saco, mortas por seus maridos, amarradas no pelourinho, fechadas num convento ou colocadas na prisão”.

No caso de Diderot, não encontramos uma defesa da violência contra a mulher adúltera, mas o filósofo não deixa de ressaltar os danos morais causados por tal atitude feminina. Este mesmo juízo de valor Diderot emprega quando julga a galanteria. Ele chega a declarar que a galanteria era mais nociva à depravação dos costumes do que a prostituição pública e que, praticada pelas mulheres “comuns”, fazia com que se levantasse dúvidas sobre o caráter de todas: “Não se distinguirá mais a mulher honesta e virtuosa da mulher terna; entre o vício gratuito e o vício obrigado pela miséria a exigir um salário; e essas sutilezas revelarão uma depravação sistemática” (DIDEROT, 2000a, p. 230).

Uma possível solução para combater os efeitos da galanteria e a consequente depravação dos costumes, segundo Diderot, estaria na educação. Para ele, a educação feminina não deveria estar limitada à valorização da virgindade; ela deveria elucidar sobre os efeitos nocivos da galanteria (valorizada em demasia pela sociedade), instruir sobre falsas declarações e fornecer informações claras sobre o desenvolvimento da sexualidade – o que Diderot inclusive fez com sua filha, o qual contrariando a tradição da época, fez questão de discorrer sobre as funções femininas e masculinas, elaborando um projeto de educação sexual, considerou o resultado tão positivo que considerava que tal prática deveria ser recorrente na educação feminina (GUINSBURG, 2000, p. 56).

A pesquisadora Houbre chama atenção para a ousadia de Diderot, ao assumir um papel normalmente atribuído às mães na educação das filhas: “De certo modo, Diderot usurpa o papel pedagógico normalmente atribuído às mães no domínio da educação das filhas, sobretudo naquilo que ele tem de mais sutil e perigoso” (HOUBRE, 2003, p. 95). A postura diderotiana, segundo Houbre, revela uma preocupação da época com a puberdade, que se constata principalmente após a segunda metade do século XVIII, pelo aumento no número de teses médicas sobre o tema (HOUBRE, 2003, p. 94).

Diderot foi um defensor da educação formal para as mulheres (BADINTER, 1986, p. 175). Ele via na educação um dos caminhos para a mulher enfrentar sua dupla situação desfavorável: a imposta pela natureza e a infringida pela sociedade. Segundo o filósofo, o conhecimento sobre o seu corpo, principalmente sobre a sexualidade, possibilitaria à mulher preparar-se para os ciclos que marcariam sua vida e, principalmente, enfrentar as “armadilhas” preparadas pela sociedade, como os galanteios e falsas promessas, que poderiam desviá-la do papel determinado pela natureza. A propósito, para Diderot, socialmente a mulher enfrentava outro inimigo implacável, a moral religiosa, que em muito contribuía para a situação de submissão feminina em seu tempo. Sobre o tema, o filósofo escreveu um dos seus mais famosos romances, *A Religiosa*.

Conclusão

Para Diderot, a mulher sofria dupla opressão: a primeira, imposta por sua constituição psicofisiológica e a segunda, pelos ditames culturais resultantes de questões econômicas e religiosas que sempre submeteram o sexo feminino às imposições de uma sociedade dominada pelos homens e seus interesses.

A natureza, para o autor, também determinava a vocação das mulheres para a maternidade, tanto que a sua vida era marcada pelos ciclos da reprodução. Essa vocação tinha um aspecto dúbio, pois ao mesmo tempo em que determinava a sua

identidade e a posicionava socialmente, significava um perigo. Como apontado em *Sobre as mulheres* ele diz que não era sem dores ou colocando em risco a própria existência que as mulheres se tornavam mães. Diderot retoma a questão da vocação natural da mulher para a maternidade no *Suplemento*, defendendo para elas uma vida sexual ativa, pois só assim seria possível a geração de novos seres, que, além de alegrar a vida das mulheres, eram a possibilidade de ampliar os súditos de uma nação.

Esses pontos destacados por Diderot quanto à maternidade refletem duas preocupações recorrentes daquele período: a valorização da maternidade, empreendida pelos filósofos e demais pensadores, que buscavam resgatar a relação maternal, desgastada pela delegação a terceiros da educação dos filhos; e uma preocupação política e econômica, uma vez que o crescimento populacional era fonte de riqueza para as nações e estimular a procriação era uma forma de garantir o fluxo constante de riquezas para um Estado.

Ao analisarmos a constituição psicofisiológica feminina construída por Diderot, percebemos que ao caracterizar a mulher como um ser infortunado pela natureza ele acabou, indiretamente, reforçando o modelo de submissão de sua sociedade. Sua aceitação e respeito às mulheres não pressupõe igualdade entre os sexos, e, portanto, igualdade de direitos. Sua proposta sugere o respeito ou a condescendência com os seres que possuem uma condição natural inferior à dos homens.

Mas, se por um lado seu discurso não propõe a igualdade de direitos entre os sexos, seu diagnóstico sobre a situação social vivida por suas contemporâneas, fruto de uma história marcada pela dominação e pela humilhação, deve ser valorizado. Em *Sobre as mulheres*, Diderot traça uma linha do tempo que demonstra que razões econômicas transformaram as mulheres em moeda de troca cujo valor era determinado em razão do interesse de suas famílias. Esta situação, segundo o autor, era ratificada pela religião e pela sociedade, que defendiam esse papel como algo natural, portanto, intrínseco ao comportamento feminino.

Mesmo que não encontremos na obra diderotiana a defesa explícita da igualdade dos sexos, bandeira de muitos pensadores nos séculos seguintes, não podemos deixar de destacar que algumas das situações retratadas pelo filósofo se mantêm atuais e estão longe de ser resolvidas. Para alguns povos, a sexualidade feminina continua sendo um tabu. Basta recordarmos que a mutilação genital ainda é prática recorrente em várias partes do mundo. O tráfico de mulheres e a venda de esposas, inclusive crianças, também não são realidades distantes ou obras de ficção. O desrespeito às mulheres não é praticado somente em locais distantes, longe da cultura ocidental. Basta olharmos as estatísticas de violência doméstica e de crimes cometidos contra o sexo feminino no Brasil. Segundo dados recentes, a cada cinco minutos uma mulher é espancada em nosso país. Portanto, se hoje, por meio do avanço da ciência, já derrubamos a primeira afirmação diderotiana sobre o sexo feminino, a da inferioridade natural, ainda travamos batalhas diárias para eliminarmos a opressão que pesa sobre as mulheres, que, segundo Diderot, foi construída por uma cultura dominada pelos homens e muitas vezes ratificada pela religião.

Referências Bibliográficas

I – Obras de Diderot

DIDEROT, D. Suplemento à viagem de Bougainville ou diálogo entre A e B. In: _____. *Textos escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979a.

_____. Paradoxo sobre o comediante. In: _____. *Textos Escolhidos*. São Paulo: Abril Cultural, 1979b.

_____. Sobre as mulheres. In: _____. *Obras I: filosofia e política*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000a.

_____. Colóquio com a Marechala. In: _____. *Obras I: filosofia e política*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000b.

_____. Continuação do diálogo. In: _____. *Obras I: filosofia e política*. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000c.

_____. *Éléments de physiologie*. Paris: Honoré Champion, 2004.

II – Outras fontes

CABRAL, M. Situando a menopausa: tempo, nomenclatura e tipologia. *Revista Interlocuções*, ano 1, n. 1, jan. a jun., pp. 65-85, 2001.

CRAMPE-CASNABET, M. A mulher no pensamento filosófico do século XVIII. In: DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Editora Afrontamento, 1991.

DEL PRIORE, M. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo. Editora Contexto, 2006.

PERROT, M. *História das mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Editora Enfrentamento, 1991.

TERESA *Filósofa*. Porto Alegre: L&PM, 2000.

III – Obras Críticas

BADINTER, E. *Um é o outro: relações entre homens e mulheres*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

_____. *O que é uma mulher?: um debate*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1991.

_____. *Émilie, Émilie: a ambição feminina no século XVIII*. São Paulo: Paz e Terra: Duna Dueto, 2003.

BERRIOT-SALVADORE. É. O discurso da medicina e da ciência In: DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Editora Afrontamento, 1991.

DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Editora Afrontamento, 1991.

GRIECO, S. O corpo, aparência e sexualidade. In: DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Editora Afrontamento, 1991.

GUINSBURG, J. *Diderot: o espírito das Luzes*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

HOUBRE, G. Inocência, saber, experiência e seu corpo no fim do século XVIII e começo do XX. In: MATOS, M.; SOIHET, R. *O corpo feminino em debate*. São Paulo: UNESP, 2003.

HUFTON, O. Mulheres, trabalho e família. In: DUBY, G; PERROT, M. *História das mulheres: do renascimento à idade moderna*. Porto: Editora Afrontamento, 1991.

KRYSSING-BERG, G. A imagem da mulher em Diderot. *Revue Romane*, v. 2, n. 1, 1985.

PIVA, P. *O ateu virtuoso: materialismo e moral em Diderot*. São Paulo: Discurso Editorial, 2003.

RIBEIRO, R. *A etiqueta no antigo regime: do sangue à doce vida*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

WILSON, A. *Diderot*. São Paulo: Ed. Perspectiva, 2012.

Recebido em: 26/Ago/2019 - **Aceito em:** 08/Dez/2019.